



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

Origem: Prefeitura Municipal de Coremas

Natureza: Denúncia

Denunciada: Prefeitura Municipal de Coremas

Responsável: Francisca das Chagas Andrade de Oliveira (Prefeita)

Denunciantes: Francisco Sérgio Lopes Silva, Francisco de Assis Clementino e Cláudio Araújo da Silva

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

DENÚNCIA. Município de Coremas. Exercício de 2020. Fatos denunciados relacionados à dispensa de licitação 020/2020. Fornecimento de material de expediente para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município. Questionamento quanto ao valor limite para contratação direta. Inexistência de mácula. Improcedência da denúncia. Encaminhamentos. Comunicação. Arquivamento.

ACÓRDÃO AC2 – TC 01991/20

RELATÓRIO

Cuida-se de denúncia formalizada a partir do Documento TC 51482/20, subscrito pelos Senhores FRANCISCO SÉRGIO LOPES SILVA, FRANCISCO DE ASSIS CLEMENTINO e CLÁUDIO ARAÚJO DA SILVA (Vereadores) em face da Prefeitura Municipal de Coremas, sob a gestão da Prefeita, Senhora FRANCISCA DAS CHAGAS ANDRADE DE OLIVEIRA, noticiando possível irregularidade relacionada à dispensa de licitação 020/2020, cujo objeto consistiu na contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para atender às necessidades das diversas Secretarias do Município.

Em síntese, os denunciantes alegaram que a aquisição de material de expediente por meio de referida dispensa de licitação não apresentaria relação direta com o enfrentamento da pandemia do Covid-19, devendo obedecer ao limite de R\$17.600,00, estabelecido no Decreto 9.421/2018, e não aos limites alterados pela Medida Provisória 961/2020 (fls. 28/33).

Pronunciamento da Coordenação da Ouvidoria (fls. 36/38) sugeriu o recebimento da matéria como denúncia, para instrução nos termos do RI/TCE/PB.

Seguidamente, o processo foi encaminhado à Auditoria, a qual elaborou relatório inicial (fls. 41/47), com as seguintes colocações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

Como é cediço, no dia 07/05/2020, foi publicado no DOU a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961 que autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6 de 20 de março de 2020.

Essencialmente, a Medida provisória em destaque faz três modificações muito importantes:

1. permite a realização de pagamentos antecipados nas licitações e contratos;
2. **altera os limites de dispensa de licitação;**
3. amplia a possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Aqui vamos se ater apenas a **alteração de limites de dispensa de licitação** que é o objeto da denúncia em epígrafe.

A alteração de limites de dispensa de licitação encontra-se prevista no art. 1, inciso I, alíneas a e b, da medida provisória n. 961, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:

I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:

a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e

b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Como se observa não há nenhuma menção no texto da referida medida provisória de que as alterações estejam restritas apenas as aquisições que visem o combate a pandemia. Tratam-se de disposições com vigência temporária valendo apenas durante o período do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Dessa forma, fica evidente que diferentemente da Medida Provisória n. 926/2020, que criou regras específicas de licitação para as ações destinadas apenas ao combate da pandemia, essa nova Medida Provisória tem vigência durante a pandemia, **mas não se limita apenas às contratações decorrentes diretamente do combate à COVID-19**. Assim, a sua aplicação é "temporal", independentemente da finalidade das contratações.

Ao término, concluiu pela improcedência da denúncia.

Em razão da conclusão a que chegou a Unidade Técnica, o processo seguiu para pronunciamento do Ministério Público de Contas, que, mediante parecer da lavra da Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira, pronunciou-se igualmente pela improcedência da denúncia.

O julgamento foi agendado para esta sessão, dispensando-se as intimações de estilo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, convém destacar que a presente denúncia merece ser conhecida ante o universal direito de petição insculpido no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Carta da República e, da mesma forma, assegurado pela Resolução Normativa RN - TC 10/2010, conferindo direito a qualquer cidadão, partido político, associação, sindicato ou membro do Ministério Público ser parte legítima para denunciar irregularidade e ilegalidade perante o Tribunal de Contas.

No mérito, conforme apurado pela Auditoria e confirmado pelo *Parquet* de Contas em seu pronunciamento, a denúncia mostra-se **improcedente**, porquanto não foi detectada qualquer irregularidade. Eis a análise envidada pela Auditoria:

Como é cediço, no dia 07/05/2020, foi publicado no DOU a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961 que autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6 de 20 de março de 2020.

Essencialmente, a Medida provisória em destaque faz três modificações muito importantes:

1. permite a realização de pagamentos antecipados nas licitações e contratos;
2. **altera os limites de dispensa de licitação;**
3. amplia a possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Aqui vamos se ater apenas a **alteração de limites de dispensa de licitação** que é o objeto da denúncia em epígrafe.

A alteração de limites de dispensa de licitação encontra-se prevista no art. 1º, inciso I, alíneas a e b, da medida provisória n. 961, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:

I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:

a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e

b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

Como se observa não há nenhuma menção no texto da referida medida provisória de que as alterações estejam restritas apenas as aquisições que visem o combate a pandemia. Tratam-se de disposições com vigência temporária valendo apenas durante o período do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Dessa forma, fica evidente que diferentemente da Medida Provisória n. 926/2020, que criou regras específicas de licitação para as ações destinadas apenas ao combate da pandemia, essa nova Medida Provisória tem vigência durante a pandemia, **mas não se limita apenas às contratações decorrentes diretamente do combate à COVID-19**. Assim, a sua aplicação é "temporal", independentemente da finalidade das contratações.

Nessa mesma linha de raciocínio deu-se o pronunciamento do *Parquet* de Contas, cujo trechos são reproduzidos abaixo, a título de fundamentação:

De início, convém registrar que a Medida Provisória nº 961, de 07 de maio de 2020, foi editada com o intuito de regular os atos e contratos administrativos realizados pelas entidades públicas durante o estado de calamidade pública, provocado pela pandemia.

A MP em questão autoriza toda a Administração Pública a realizar pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, assim como majora os limites da dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020¹.

É de se inferir, portanto, que os efeitos da MP vão ser aplicados às contratações realizadas pelos entes públicos enquanto durar o estado de calamidade pública, decretado pelo Poder Legislativo Federal.

O art. 1º, inciso I, alínea "a" e "b" da Medida Provisória 961/20 majorou significativamente os limites das dispensas de licitação para as obras e serviços de engenharia (R\$ 100.000,00) e para outros serviços e compras (R\$ 50.000,00), nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:

I - a dispensa de licitação de que tratam os Incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, até o limite de:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e

b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Decerto, buscou-se, com o aumento desses limites para a dispensa de licitação, facilitar e agilizar contratações para a manutenção de serviços públicos num cenário em que os tetos impostos pela Lei nº 8.666/93 tenham sido considerados não adequados ao momento extraordinário enfrentado pelo país.

É importante ressaltar que não há no texto da sobredita medida provisória qualquer menção de que tais limites estejam adstritos apenas às aquisições que objetivam o enfrentamento da pandemia do Corona Vírus.

A propósito, antes da entrada em vigor da MP nº 961/20, foi editada a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que alterou a Lei nº 13.979/20, visando disciplinar os procedimentos para aquisição de bens e serviços *destinados ao enfrentamento da pandemia, in verbis*:

MP 926/20

Ementa: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição de bens e a contratação de serviços e de insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Como se vê, foi a MP 926 que exigiu que as contratações tivessem relação com o combate ao Corona Vírus. Já na MP 961/20 não há essa restrição.

No caso em exame, a dispensa de licitação que objetivou a aquisição de material de expediente para as Secretarias do Município de Coremas, no valor de R\$ 46.057,20, ocorreu no mês de maio, isto é, durante o surto do Corona Vírus e na vigência da Medida Provisória nº 961/20. Logo, são aplicáveis à vertente contratação as regras previstas na referida MP.

Contudo, é necessário frisar que o aumento dos limites para as contratações diretas não podem se transformar em um subterfúgio para a realização de contratos inadequados ou desvantajosos à Administração Pública, sendo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

imprescindível a observância dos princípios e regras estampados na Constituição Federal e na Lei de Licitações.

Embora constitua um procedimento menos formal que o licitatório, é incorreto afirmar que a contratação direta, seja ela feita mediante inexigibilidade ou dispensa, exclui um procedimento. Segundo o prof. Marçal Justen Filho, tais casos envolvem um procedimento especial mais simplificado, porém que precisa ser devidamente justificado, na medida em que o administrador tem a obrigação de motivar a necessidade e conveniência da contratação, bem como sempre buscar a proposta mais vantajosa à Administração.

Disso decorre que a ausência de licitação não autoriza os gestores a contratar com quem bem entender, sem as cautelas e as formalidades que o caso requer.

Nesse contexto, merece destaque os requisitos legais exigidos pelo art. 26 da Lei nº 8.666/93 nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

Art. 26. Omissis.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- III - justificativa do preço.*
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

Dessa forma, somente com o preenchimento desses requisitos é possível inferir que determinada contratação direta está regular e atendeu aos princípios e regras impostas pela lei.

Assim, no tocante à matéria objeto da denúncia, conclui-se que a dispensa de licitação em tela não precisa guardar relação com o combate a pandemia, podendo ser a ela aplicado o disposto no art. 1º, inciso I, alínea "b" da MP 961/2020.

Não obstante ter opinado pela improcedência, o Órgão Ministerial ponderou que a dispensa e contrato dela decorrente não poderiam ser declarados regulares, porquanto não passaram por análise da legalidade por este Tribunal. Veja-se:

Por outro lado, é preciso ressaltar que o referido procedimento de dispensa de licitação e o contrato decorrente não podem ser declarados regulares uma vez que ainda não passaram pela análise da legalidade por este Tribunal.

Em pesquisa feita no Sistema TRAMITA, verifica-se que a documentação referente à mencionada dispensa de licitação já se encontra neste Corte, registrada sob o Doc. TC nº 45676/20.

Assim, considerando a necessidade do exame dos aspectos formais do referido procedimento, este *Parquet* alvitra para que seja formalizado processo com a documentação referente ao procedimento de Dispensa de licitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

Consultando o Tramita, observa-se que a dispensa ora discutida foi apresentada a esta Corte de Contas, originando o Documento TC 45676/20, o qual se encontra na guarda temporária:

Registro de Licitação (45676/20)

Dados Gerais | **Licitação** | Tramitações | Propostas da Licitação | Contratos/Aditivos | Anexos/Apensados | Autos Eletrônicos | Outros Arquivos | Relacionados

Número de Protocolo: 45676/20
 Categoria de Documento: Licitações e Contratos
 Subcategoria: Licitações
 Origem: Prefeitura Municipal de Coremas
 Gestor: Francisca Das Chagas Andrade De Oliveira
 Data de Entrada: 21/07/2020 17:39
 Setor: GUARDA TEMPORÁRIA
 Fase: Formalizado
 Estágio: Formalizado
 Estado: Em trâmite
 Volumes: 0
 Situação Juntada: Livre
 Localização Física:
 Exercício: 2020
 Assunto: Contratação direta da pessoa jurídica Maria Solones Paulino Cardoso Oliveira ME, CNPJ: 07.308.651/0001-92 para prestar fornecimento de Material de Expediente para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Coremas (Fundamentado na Medida Provisória Nº 961/2020 de 06/05/2020 da Presidência da República), conforme termo de referência.

Interessados			
Nome	Interesse	Período	Observação
Francisca Das Chagas Andrade De Oliveira	Gestor(a)	01/01/2017 - 31/12/2020	

[➔ Seguir](#)

Registro de Licitação (45676/20)

Dados Gerais | **Licitação** | Tramitações | Propostas da Licitação | Contratos/Aditivos | Anexos/Apensados | Autos Eletrônicos | Outros Arquivos | Relacionados

Número da Licitação: 00020/2020
 Modalidade: Dispensa (Art. 24 - Lei 8.666/93)
 Objeto: Contratação direta da pessoa jurídica Maria Solones Paulino Cardoso Oliveira ME, CNPJ: 07.308.651/0001-92 para prestar fornecimento de Material de Expediente para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Coremas (Fundamentado na Medida Provisória Nº 961/2020 de 06/05/2020 da Presidência da República), conforme termo de referência.
 Tipo do Objeto: Compras e Serviços
 Tipo de Compra ou Serviço: Outros
 Data de Homologação: 13/07/2020
 Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Coremas
 Valor Estimado: R\$
 Valor: R\$ 46.057,20
 Fonte de Recurso: Recursos Diversos (2900), Recursos Ordinários (91)
 Informação Complementar
 Utilizou prerrogativas da Lei 13.979/2020 (COVID-19)? Não
 Risco: BAIXO (calculado pelo sistema através da matriz de riscos definida na Resolução Administrativa Nº 10/2016)

Avisos

ANTE O EXPOSTO, em consonância com os pronunciamentos da Auditoria e do Ministério Público de contas, VOTO no sentido de que esta egrégia Câmara decida: **1) CONHECER** da denúncia ora apreciada e **JULGÁ-LA IMPROCEDENTE**; **2) ENCAMINHAR** cópia da decisão à DIAFI, a fim de averiguar a necessidade de instauração de processo específico para exame da dispensa ora tratada, ante a indicação de risco baixo, assim como para exame da despesa decorrente no processo de acompanhamento da gestão do jurisdicionado de 2020 (Processo TC 00291/20); **3) COMUNICAR** aos interessados o conteúdo desta decisão; e **4) DETERMINAR O ARQUIVAMENTO** destes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSOS TC 14698/20
Documento TC 51842/20 (anexado)

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 14698/20**, relativos à análise da denúncia formalizada pelos Senhores FRANCISCO SÉRGIO LOPES SILVA, FRANCISCO DE ASSIS CLEMENTINO e CLÁUDIO ARAÚJO DA SILVA (Vereadores) em face da Prefeitura Municipal de Coremas, sob a gestão da Prefeita, Senhora FRANCISCA DAS CHAGAS ANDRADE DE OLIVEIRA, noticiando possível irregularidade relacionada à dispensa de licitação 020/2020, cujo objeto consistiu na contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para atender às necessidades das diversas Secretarias do Município, **ACORDAM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em:

1) CONHECER da denúncia ora apreciada e **JULGÁ-LA IMPROCEDENTE**;

2) ENCAMINHAR cópia da decisão à DIAFI – Diretoria de Auditoria e Fiscalização, a fim de averiguar a necessidade de instauração de processo específico para exame da dispensa ora tratada, ante a indicação de risco baixo, assim como para exame da despesa decorrente no processo de acompanhamento da gestão do jurisdicionado de 2020 (Processo TC 00291/20);

3) COMUNICAR aos interessados o conteúdo desta decisão; e

4) DETERMINAR O ARQUIVAMENTO destes autos

Registre-se e publique-se.
TCE – Sessão Remota da 2ª Câmara.
João Pessoa (PB), 27 de outubro de 2020.

Assinado 27 de Outubro de 2020 às 14:35



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 27 de Outubro de 2020 às 15:17



Marcílio Toscano Franca Filho
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO